

Economia Bastonária da Ordem dos Contabilistas

“Estas ajudas não chegam e o Governo tem de pensar noutras medidas”

Paula Franco Bastonária dos contabilistas afirma que pagar 125 euros ou adiantar meia pensão em Outubro vai ter um “enorme impacto”. Mas famílias e empresas vão precisar de mais, defende

Entrevista

Victor Ferreira Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Foi com o gravador já desligado que se falou da ideia de o Estado contribuir para o aumento dos salários médios – uma meta que o próprio António Costa fixou em 20% – através de um mecanismo que isente eventuais acréscimos salariais do pagamento de contribuições. “Neste momento, há muito pouco incentivo ao aumento de salários, à contratação ou retenção”, afirma Paula Franco. E, como o debate sobre rendimentos está em aberto, ficou mesmo assim registada aquela ideia que, segundo os responsáveis da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), poderia ajudar a descolar o salário médio do salário mínimo. Paula Franco é a bastonária da OCC desde há quatro anos e sete meses. Viu os 70 mil profissionais inscritos serem valorizados durante a pandemia e vai chamar o sector para debater a sustentabilidade no próximo congresso, que se realiza entre 21 e 23 de Setembro, em Lisboa. **Estava à espera de uma subida de 0,75% da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu?**

Foi surpreendente. Achei que haveria mais prudência. Com a subida anterior de 0,5%, isto já começa a ter um impacto muito grande nos créditos existentes, nos bolsos das famílias e nas tesourarias das empresas. **Desde a troika, as empresas tentaram reduzir o endividamento. Foi suficiente para resistir a choques desta magnitude?**

Esta crise é completamente diferente da de 2008. E uma das grandes vantagens – se é que podemos dizer isto – é

precisamente as micro e pequenas empresas estarem menos endividadadas. Claro que há sempre endividamento, que, associado a outros aumentos de custos, acabará por ter impacto nas empresas. Porém, o maior impacto será nas famílias. O aumento dos juros terá um impacto grande no crédito à habitação.

O Governo apresentou um pacote de 2400 milhões de euros. Os críticos dizem que é pouco...

Não acho que o debate seja esse. Nenhum montante será suficiente, até porque vamos ter um período de inflação mais longo do que tem sido dito.

A questão é antes quem vamos ajudar?

Nunca se deu 125 euros aos portugueses. É inédito. É verdade que também se poderia dar esse valor baixando a retenção na fonte, ou os impostos, mas dar dinheiro todo de uma vez tem outro impacto. É dinheiro que entrará nos bolsos dos portugueses já no próximo mês. Não resolve o problema, mas cria uma confiança diferente no Governo.

O pacote do Governo foi comparado a “truques”, a uma “ilusão”...

Na verdade, vai ter impacto. Há um grande número de portugueses que não têm 125 euros no fim do mês.

Acabou de o dizer: o período inflacionário vai ser mais longo. Essa é uma medida para um mês.

Nenhum valor será suficiente. Claro que estas medidas não chegam e o Governo tem de pensar noutras medidas no futuro. Não há dívida.

E faz sentido ajudar todos por igual, mesmo quem ganha muito acima do rendimento médio ou mediano?

Tenho ouvido essa discussão e não partilho dela. Podemos pensar que

a classe média com rendimentos de 2700 euros não precisará tanto, mas isso é uma falácia...

Em que sentido?

Porque os custos se acomodam em função dos rendimentos. A classe média tem sido sempre a mais penalizada. Pela primeira vez, vai ter um apoio. Isto é inédito. Não estou a dizer que escolheria esta medida. Só estou a dizer que não se pode menosprezar que vai entrar dinheiro no bolso de muitos portugueses já no próximo mês.

Quais seriam as alternativas?

A descida dos impostos é a mais linear, mas privilegiaria quem ganha mais. Se a solução fosse mexer nas retenções na fonte, os rendimentos próximos dos 1000-1500 euros é que iriam ser beneficiados porque abaixo disso praticamente não há retenção. Pelo contrário, dar 125 euros a todos, incluindo a alguns com rendimentos mais altos, não prejudica quem tem rendimentos mais baixos. É suficiente? Não! É a única solução que deve existir? Não! No futuro terão de existir mais, mas esta é uma solução imediata.

E quanto às pensões?

Para um pensionista, receber metade do aumento de uma só vez tem claramente um impacto maior. Todos podemos criticar, mas também esta é uma medida inédita.

Pensões até aos 5318,40 euros recebem um adiantamento. Quem ganha aquele valor também precisa?

Isso aí já é discutível. Mas a regra de actualização aplica-se até esse valor do rendimento [12 vezes o valor do IAS] e, portanto, se não fosse antecipado agora, seria dado ao longo do próximo ano. Estamos apenas a adiantar um valor que até pode ter impacto positivo na economia.

E se o Governo agisse sobre factores de aumento dos custos?



O corte no IVA da electricidade vai valer menos de dois euros por mês. Podia-se ser mais ambicioso ou estamos limitados pelas nossas finanças públicas?

Mexer em impostos como ISP, IRS, teria impacto definitivo nas receitas e, portanto, esse cuidado pode ser uma das razões que levaram o Governo a não optar por esse caminho.

Parece-lhe legítimo justificar a decisão sobre as pensões com a sustentabilidade?

Acho que foi uma medida inteligente. Pode ser muito criticada, mas é inteligente.

Em que sentido? Dá votos?

É inteligente porque tem impacto na vida das pessoas. E acredito que dá votos. Todos nós olhamos muito para os nossos bolsos. Um pensionista com 800 euros vai receber 400 euros e vai sentir um enorme impacto. Ele nunca recebeu do Estado um valor extra. Isto incute a sensação de que o Estado está lá para amparar, o que

psicologicamente vai influenciar muito a vida das pessoas. Mais do que se espera.

Mas em 2024, havendo aumentos, a pensão será calculada a partir de um valor base menor...

Aparentemente, é assim. Mas receber o aumento dividido por 12 meses ou receber seis meses logo de uma só vez tem um impacto completamente diferente. Tal como teve impacto psicológico a retirada de subsídios às pessoas. Esses cortes ficarão para sempre na cabeça das pessoas como uma medida de Passos Coelho e nunca será esquecida. A direita terá muita dificuldade em voltar a ter a confiança de um grande sector da população por causa dessa medida – que era necessária, mas cada um olha para o seu bolso. Aquele governo poderia ter outras medidas boas, mas os portugueses só se vão lembrar daquelas.

Como ajudar agora as empresas?



Começaria por descer o IRC. Não é que as empresas fossem beneficiar muito com isso, é uma questão psicológica. Com um IRC mais baixo, as empresas vão procurar mais investimento. Se calhar, a receita do IRC não diminui, até pode aumentar, como no passado. **E baixaria para que taxa?**

Eu faria uma descida muito agressiva, para 10%-12,5% [a taxa normal em Portugal continental é de 21%].

E além do IRC?

Sou defensora dos benefícios fiscais, eles diferenciam as empresas que procuram soluções pensadas para o país. Mas é preciso simplificar. Ainda agora assistimos ao Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento II e tornaram-no tão complexo que quase não se entende. Há empresas que deixam de investir de propósito para terem aquele benefício.

Que outros problemas se podem resolver com benefícios fiscais?

Neste momento, há muito pouco

incentivo ao aumento de salários, à contratação ou retenção.

Precisamos de fazer o quê?

A preocupação nos salários é estrutural. É o grande problema da Europa. Num curto prazo vão-se reformar muitos trabalhadores. A Alemanha está a contratar tudo o que pode e Portugal está a ser alvo desse recrutamento.

Os trabalhadores ficam onde estão se forem felizes com o que fazem e com o que ganham...

O problema está na retenção na fonte. Um trabalhador troca Portugal por outros países por causa da retenção na fonte.

As empresas queixam-se dos custos laborais elevados, apesar de reconhecerem que os salários são baixos.

É verdade. Mexer na taxa social única é difícil, por causa da sustentabilidade [da Segurança Social].

Que soluções deveriam estar no próximo Orçamento do Estado?

Deve-se começar pela redução do



O défice e a dívida justificam uma atitude prudente. O próximo ano pode não ser exactamente igual

Um pensionista com 800 euros vai receber 400 euros e vai sentir um enorme impacto. Ele nunca recebeu do Estado um valor extra

IRC, para que as empresas tenham maiores margens e isso possa depois levar a aumentos salariais. Isto tem de ser acompanhado com redução das taxas de IRS. Os impostos pessoais estão muito elevados.

Que mudanças defende?

Teriam de ser transversais, mesmo para os rendimentos mais altos, que são muito penalizados, pagam 50% de imposto. E, no fundo, quem tem rendimentos mais altos é quem pode escolher mudar de ares. Não abriria mais escalões, mudaria as taxas. Nas empresas, quando o IRC desceu para 21%, a receita não caiu. Isso sucede porque as empresas preferem gerar mais lucros e ter menos custos. É um incentivo a reestruturarem os seus custos [dedutíveis no IRC] porque já não vão pagar tanto imposto. A receita de IRC até pode aumentar, mesmo nas empresas mais pequenas. No IRS, isto só se consegue com um aumento generalizado dos salários, que leve mais portugueses a pagar IRS. Isso é possível baixando a taxa de IRC para que as empresas tenham mais disponibilidade financeira, e baixando o IRS para que as famílias também fiquem com mais rendimento disponível.

O OE 2023 vai orientar-se pela “prudência”, disse Fernando Medina. Justifica-se?

O défice e a dívida justificam uma atitude prudente. O próximo ano pode não ser exactamente igual. Mas há uma questão relevante: a receita do Estado está a aumentar muito. E não é só pela inflação, mas também porque as empresas estão a ter mais lucros e mais rendimento, o que contribui para uma enorme subida do IVA. A receita sobe pelo aumento dos preços e também pelo aumento do consumo e das exportações. As empresas portuguesas estão mais sólidas e estão a gerar mais rendimento e isso dá alguma segurança ao Estado.

Isso significa que o Estado pode ser mais solidário?

Com prudência! O ano está forte, o Verão foi muito positivo, o turismo deu muitas receitas, mas ainda nada disto é consistente.

Serão necessárias medidas extraordinárias como na pandemia, a exemplo do layoff simplificado?

Poderão ser medidas diferentes. Na pandemia, a maior parte das medidas foi para a manutenção dos contratos de trabalho. Agora deve ser para o aumento das remunerações e para reter as pessoas. Os objectivos têm de ser diferentes, mas aí a Segurança Social pode ter um papel em criar mecanismos, não fiscais mas contributivos, no sentido de criar incentivos para aumentos de salários.

Legislação

Ordens “não ganham nada” com mudança na supervisão

Como vê as propostas de alteração sobre as profissões reguladas por ordens?

Há uma grande necessidade de todos conhecerem o papel das ordens e de cada uma das ordens, com as suas especificidades. A proposta legislativa incide sobre a abertura do acesso e sobre a supervisão, que é a parte mais criticada por muitas ordens. O acesso deve ser cada vez mais aberto e com menos entraves. Podemos flexibilizar medidas, que não vão prejudicar os contabilistas, como a abertura a mais cursos, um exame mais direccionado para o perfil do contabilista certificado e não como avaliação de algo em que eles já foram avaliados ao longo do curso. A parte da supervisão, não faria aquela mudança. O que está em causa é colocar pessoas externas à profissão nessas funções. Não acho que as ordens possam ganhar com isso. Não sou contra, mas acho que não se ganha nada.

Dos 70 mil inscritos na ordem, quantos estão a exercer?

Cerca de 35 mil.

São suficientes ou também há escassez?

A escassez existe. As áreas do contabilista incluem a análise de risco, bancos, seguradoras, direcções financeiras e outras. Os contabilistas são poucos, cada vez menos fazem funções de contabilistas certificados e hoje é muito difícil contratar. Tem de se valorizar mais a profissão, que saiu muito valorizada da pandemia, mas é preciso mais.

Qual a relevância do próximo congresso?

Vai ser mais virado para a reflexão, dedicado aos temas da sustentabilidade. As empresas têm de olhar para estes temas de outra forma para mudar comportamentos ambientais, sociais e de governação.

Que papel é que o contabilista terá nisso?

Muitas empresas escolhem fornecedores com base nestes critérios. Para isso, as empresas a contratar têm de ter relato sobre como tratam o ambiente, o pessoal, a sociedade envolvente. O relato não financeiro é feito pelos órgãos de gestão, mas quem relata em causa própria nem sempre tem a fiabilidade necessária e os auditores e contabilistas podem garantir essa fiabilidade com métricas estabelecidas a nível internacional.